



EXPERIÊNCIA DE APRENDIZADO NA DISCIPLINA LEITURAS INTERDISCIPLINARES DE O CAPITAL: COMO CONSTRUÇÃO DE UMA ANÁLISE CRÍTICA À MERCANTILIZAÇÃO DO SANGUE

RENATO NASCIMENTO DA COSTA; LEONARDO CARNUT

RESUMO

O presente artigo é o relato da experiência da disciplina “Leituras Interdisciplinares de o Capital Livro I”, oferecida aos alunos de mestrado e doutorado do Programa de Saúde Coletiva no departamento de Medicina Preventiva da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e realizada entre março e junho de 2024. A disciplina foi apresentada com o conhecimento da importância do retorno a uma dialética clássica, que auxilia identificar as principais categorias estruturantes do processo de produção na sociabilidade capitalista elaborado por Karl Marx. Sendo prezada sua interdisciplinaridade de docentes e discentes, integrando demais áreas de conhecimento sobre as categorias profissionais, principalmente sobre os profissionais de saúde, e a relação de modo de produção capitalista e as condições de vida, trabalho e saúde. A escolha por sua apresentação em modo remoto, acarretou o aumento na disponibilidade de acesso, já que parte do público não reside em São Paulo. E como cada capítulo foi apresentado em seminários, onde o discente assumiu também, um papel de educador, possibilitou um treino à docência, ao estimular debate com diferentes vertentes do ensino. Evidenciado que a disciplina não apenas apresenta-se com o ponto de multiplicação de saberes do pensamento crítico marxista, mas também, como base à construção do objeto de pesquisa no projeto do discente. Com isso, o relato da experiência incluído neste artigo, é do ponto de vista de um doutorando do programa de Saúde Coletiva na área de política, planejamento e gestão em saúde da UNIFESP, em busca do entendimento do seu objeto de pesquisa na tese, a partir da descrição do aprendizado obtido pela disciplina, e sua reflexão conjunta a uma análise crítica pautada na discussão do sangue humano como mercadoria a partir da visão marxista em “O Capital” livro I, a frente Política Nacional de Sangue e Hemoderivados Brasileira.

Palavras-chave: Política Pública em Saúde; Reforma dos Serviços de Saúde; Marxismo; Mercantilização; Sangue

1 INTRODUÇÃO

O modelo de saúde adotado em cada período histórico apresenta-se como respostas às lutas que se travam entre capital e trabalho, no bojo da adoção de um modelo econômico que tem como base a exploração da classe trabalhadora, e como consequência, as mazelas provocadas pelo ampliado processo de urbanização. As políticas de saúde, juntamente com as demais políticas sociais, têm como função primordial a reprodução da força de trabalho. Desta forma, o movimento ora progressista, ora regressivo da área da saúde, desconsidera em muitas situações as possibilidades acumuladas pela cientificidade para a solução definitiva de males e enfermidades curáveis, mas que perduram por décadas por atender aos interesses da valorização do capital. (Barca, 2013; Guerra, 2005)

O Capital é o marco supremo da conquista intelectual de Karl Marx, o centro da obra

de sua vida. A finalidade da primeira parte da sua obra, pontuada no Prefácio ao Volume I, nas palavras de Marx é: “expor, com a maior clareza possível, o que concerne especialmente à análise da substância e da magnitude do valor. A forma do valor, a qual tem no dinheiro sua figura acabada, é muito vazia e simples”. Ainda, segundo Marx, pensadores econômicos anteriores a ele haviam captado um ou outro aspecto do funcionamento do capitalismo, o que fez com que ele procurasse entender a máquina capitalista como um todo, um organismo integral. Coerente com o método de análise e concepção de história, Marx analisou o sistema capitalista não como o fim da história, como a forma de sociedade equivalente à natureza humana, mas como um modo de cultivo historicamente temporário cujas incoerências internas o levariam ao colapso universal. (Marx,1996)

Marx trata na primeira parte de O Capital da noção de mercadoria, trabalho e valor. Esta se embasa sob dois aspectos: o valor de uso e o valor de troca, segundo a qual as mercadorias (produtos vendidos no mercado) são trocadas em equivalência ao tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção. Desse modo, a intenção é mostrar como essa teoria ressalta a abordagem de Marx da exploração capitalista, pois é a mais-valia, fonte de exploração dos trabalhadores, o local de onde se originam os lucros sobre os quais o capitalismo, enquanto um sistema econômico, se alicerça. Além disso, a competição entre capitais, sejam os sujeitos capitalistas ou empresas (cada um tentando dominar a maior porção da mais-valia), leva à formação de uma taxa generalizada de lucro e, portanto, a uma modificação na natureza da mercadoria, trabalho e valor. (Marx,1996)

Uma área da saúde que apresentou grandes modificações de acordo com sua mercantilização foi a da Hemoterapia. A crescente demanda por transfusão de sangue é uma realidade verificada nos Serviços de Saúde do Brasil. Segundo dados do Ministério da Saúde, menos de 2% da população do Brasil são doadores regulares de sangue. A meta segura apontada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) é de no mínimo 5%. Garantir a qualidade do sangue ofertado à população em quantidade suficiente para atender à demanda exige esforços diversos e evidencia a necessidade de aprimoramento de políticas públicas para a área (Ministério da saúde, 2020).

É nesse contexto que se insere o estudo da utilização clínica do sangue humano, que ao eleger como objeto o caráter não mercantil da política de sangue brasileira na atualidade, busca a apreensão dos processos históricos que permitiram a comercialização do sangue, seus componentes e hemoderivados. Inicialmente, é importante destacar que o sangue desde a Antiguidade foi utilizado como forma de aliviar sofrimento e curar enfermidades. Estudos relatam a utilização de sangue em diversificados rituais, sejam eles religiosos ou celebrações de conquistas de territórios após sangrentas batalhas. Os primeiros experimentos registrados na história com a utilização de sangue revelam a ausência de conhecimento dos reais benefícios e efeitos colaterais que essa terapia causaria. (Nunes,2018)

No século XX, com a descoberta do Sistema ABO por Karl Landsteiner, em 1900, a utilização do sangue como terapia ganha cientificidade. Esta descoberta foi um marco, separando a hemoterapia em duas fases: a fase empírica, que vai dos primeiros experimentos registrados até 1900, e a científica, que vai desta data até os dias atuais. A evolução da hemoterapia no século XX segue um processo acelerado, com grandes descobertas científicas que permitiram uma maior precisão na prescrição da terapia e sucesso do tratamento. (Nunes,2018)

As transformações no mundo propiciadas pela Revolução Industrial trouxeram avanços significativos para as ciências. Neste contexto, as ciências médicas, que apresentavam uma configuração liberal, passaram a receber impulso crescente do modo de produção capitalista, configurando um setor de alta complexidade com tecnologia de ponta. A necessidade de recuperação econômica no mundo capitalista ao final da 2ª Guerra Mundial impulsiona o surgimento de novas tecnologias, assim como a utilização de protocolos e a

disseminação do conhecimento científico. (Barca,2013)

No tocante à hemoterapia, dois fatores podem ser destacados: a compra do sangue, consolidando a doação remunerada, e o surgimento da indústria de hemoderivados. Com o desenvolvimento científico e o consequente aumento da demanda, ocorridos após a Segunda Guerra Mundial, o pagamento pela doação foi utilizado para aumentar rapidamente os estoques do sangue coletado”. A lei 1.075, de 27 de março de 1950, foi a primeira lei federal que versava sobre a doação de sangue no Brasil. A legislação não tinha um caráter disciplinador da atividade, nem estabelecia uma política de sangue; apenas estimulava os servidores públicos, civis e militares a doarem sangue de forma voluntária. Essa lei dispensava o ponto dos doadores voluntários de sangue e estabelecia que o ato fosse registrado com louvor na folha de ponto dos servidores; estabelecia ainda que os trabalhadores que não fossem servidores públicos também gozariam do benefício da lei, por serem considerados prestadores de serviços relevantes à sociedade e à pátria. (Barca,2013)

A ausência de regulamentação das atividades hemoterápicas propiciou a proliferação dos serviços de hemoterapia pelo país. Nestes, a comercialização do sangue era permitida, e até mesmo praticada e estimulada pelo poder público. Neste sentido, o que caracterizava a hemoterapia no Brasil era a comercialização, na qual os bancos de sangue, que proliferaram pelo país, incentivados pelo emprego crescente na medicina da terapia do sangue e ao mesmo tempo pela falta de fiscalização dos serviços por parte do Estado, puderam se desenvolver em um negócio altamente lucrativo. A ausência de regulamentação para a área facilitou a comercialização do sangue de forma indiscriminada, especialmente em se tratando dos hemoderivados. Na ausência de normas legais, os bancos de sangue funcionavam como bem entendiam. A qualidade do serviço dependia das intenções do responsável, que podia desejar manter uma instituição “de prestígio” ou, meramente, um negócio.

A apreensão deste caráter mercadológico da política hemoterápica nas décadas estudadas pode ser clarificada pela configuração da política de saúde adotada no período de inserção do modo de produção capitalista no Brasil e pelo método de interpretação da tríade mercadoria por Marx.

2 RELATO DE EXPERIÊNCIA

Trata-se de um relato de experiência, reflexivo onde expõe o aprendizado assimilado na disciplina de Leitura Interdisciplinar do Capital – Livro 1, ofertado pela UNIFESP, no departamento de Medicina Preventiva, modalidade Stricto sensu pelo Programa de Saúde Coletiva, pela visão de um doutorando.

Durante o período entre março a maio de 2024, a disciplina apresentou o fluxo de aprendizado focado em: Mercadoria, processo de troca, dinheiro ou circulação de mercadorias, transformação do dinheiro em capital, processo de trabalho e valorização, Capital constante e variável, taxa do mais-valor, jornada de trabalho, taxa e massa de mais-valor, conceito mais-valor relativo, Cooperação, Divisão do trabalho e manufatura, Maquinaria e Indústria. Variação da grandeza do preço da força de trabalho, diferentes fórmulas para a taxa de mais-valor, Transformação do valor da força de trabalho em salário.

A disciplina foi dividida em oito seções com 16 encontros, com carga horária de 60 horas teóricas, cumpridas de forma remoto, com um cronograma por metodologia ativa, com aulas guiadas pelos discentes por seminários, sempre enfatizando os aspectos metodológicos e epistemológicos do pensamento Marxiano através dos docentes. Foi proposto no final da disciplina a elaboração de um artigo relacionando o seu conteúdo, ao objeto de pesquisa dos discentes, que deveria ser entregue como forma de avaliação.

Este relato apresentou como objetivo, apresentar a experiência de aprendizado pela disciplina Leituras interdisciplinares de O Capital Livro I, apontando uma reflexão crítica da mercantilização do sangue humano pela tríade: mercadoria, trabalho e valor, perante os

fundamentos do processo à crítica da economia política clássica elaborada por Karl Marx, dentro do período de março a maio de 2024.

3 DISCUSSÃO

Foi apresentado com o conhecimento da importância de uma disciplina de retorno a uma dialética clássica, que auxilia identificar as principais categorias estruturantes do processo de produção na sociabilidade capitalista elaborado por Karl Marx. Um ponto que deve ser enfatizado, é que a disciplina prezou pela interdisciplinaridade de docentes e discentes, integrando demais áreas de conhecimento sobre as categorias profissionais, e a relação de modo de produção capitalista e as condições de vida, trabalho e saúde.

A disciplina instigou mudanças na forma de ensinar e aprender, com métodos ativos de aprendizagem e a incorporação de tecnologia no ensino, apresentado em modo remoto, o que acarretou o aumento na disponibilidade de acesso, já que parte do público não reside em São Paulo. E como cada capítulo foi apresentado em seminários, onde o discente assumiu também, um papel de educador, possibilitou um treino à docência, ao estimular debate com diferentes vertentes do ensino. Evidenciado que a disciplina não apenas apresenta-se com o ponto de multiplicação de saberes do pensamento crítico marxista, mas também, como base à construção do objeto de pesquisa no projeto do discente.

Está em tramitação no Senado Federal a Proposta de Emenda à Constituição nº 10/22. A PEC do Plasma, como tem sido chamada, altera o art. 199 da Constituição Federal para dispor sobre as condições e os requisitos para a coleta e o processamento de plasma humano. Entre outras alterações do texto constitucional, a proposta prevê a autorização da coleta remunerada do plasma humano e a comercialização do plasma sanguíneo e dos hemoderivados. (HEMOBRÁS,2023)

A Constituição da República Federativa do Brasil, a Lei nº 8.080 e a Lei nº 8.142 definem a saúde como um direito fundamental de todo ser humano e dever do Estado. Como esses, outros princípios legais igualmente relevantes evidenciam a incompatibilidade da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 10/2022 com a Política do Sangue hoje em vigor no País. A PEC do Plasma esvazia-se diante de algumas considerações técnicas e observações sobre o cenário atual dos hemocentros e das doações de sangue. (HEMOBRÁS,2023)

Para discutir a mercantilização do sangue humano, é preciso deixar claro o que entendemos por mercantilização. Esta é apresentada como um processo consequente da luta de classes em torno da produção do mais-valor, expressão dos interesses da classe que domina (a burguesia) em transformar o ser humano, assim como tudo o que é parte da sua vida, em mercadoria, visando lucro através de sua comercialização. Assim, o modo de vida capitalista cria relações mediadas pela mercadoria.

O estudo da categoria mercadoria é necessário para que se possa entender como na sociedade capitalista tudo pode se transformar em mercadoria, desde os mais simples objetos que, enquanto valor de uso, atendem às necessidades de sobrevivência dos seus produtores, até o exponencial processo de coisificação do homem. É neste entendimento que Marx (1996) inicia sua principal obra, O Capital, afirmando ser a mercadoria a forma elementar da riqueza da sociedade capitalista. Neste sentido, apresenta a necessidade de conhecer as nuances desta categoria em seus processos mais simples.

Para Marx (1996), as coisas podem ser úteis sob diversos aspectos, constituindo um ato histórico descobrir os múltiplos modos de usar as coisas, bem como a medida social para medir essas coisas. O autor salienta ainda que “A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. Essa utilidade, porém, não paira no ar. Determinada pelas propriedades do corpo da mercadoria, ela não existe sem aquele”. Em seu texto, A mercadoria, Marx observa que uma mercadoria é uma unidade de valor é uma unidade de valor (de uso e troca), o que quer dizer que “em sua produção foi despendida força de trabalho humano, foi acumulado trabalho

humano”. Desta forma, todas as riquezas materiais produzidas são valores, ou seja, trabalho humano acumulado, cristalizado em determinada coisa. Esse processo possibilita que o capitalista se aproprie do trabalho alheio através da produção de mercadoria (trabalho acumulado), que ao vendê-la retorna para suas mãos em forma de dinheiro. Parte deste utiliza para pagar todos os gastos utilizados na produção da própria mercadoria, inclusive o salário do trabalhador, e ainda lhe sobra uma parte que possibilita o acúmulo e a expansão de seu capital. Marx (1996) esclarece que para compreender a mercadoria é necessário percebê-la enquanto uma coisa útil, valor de uso, e ao mesmo tempo portadora de um valor de troca. Assim, toda mercadoria tem esse duplo caráter. Caso uma coisa, produto de um trabalho humano, atenda apenas à necessidade de seu produtor, ou seja, lhe seja útil em determinado aspecto, isso não a faz mercadoria. Para ser mercadoria o produto deve portar um valor para outro, de forma a ser confrontado com outro produto em um processo de troca.

No capitalismo, as riquezas produzidas passaram a ser apropriadas por aqueles que detêm a propriedade dos meios de produção em suas mãos, os capitalistas. Então, todas as riquezas materiais utilizadas em hospitais, medicamentos e utensílios que compõem o campo de saúde, são produzidos por indivíduos e apropriados por outros. Essa apropriação ocorre devido ao interesse dos capitalistas pelo lucro, que se realiza com a venda da mercadoria.

O centro de análise sobre a mercantilização do sangue humano são as relações societárias capitalistas. Partindo do pressuposto de que a sociedade capitalista é essencialmente produtora de mercadorias e de que nela operou-se a mercadorização de todos os processos societários pelo fenômeno da fetichização, busca-se apreender, à luz da dialética marxista, como o sangue se inscreve no circuito de valorização do capital. Parte-se do reconhecimento, com base em dados da realidade vivenciada pela sociedade brasileira, das mazelas que a comercialização desordenada do sangue trouxe, não apenas no aspecto relacionado à contaminação de pacientes com doenças hemotransmissíveis, mas também no reconhecimento de que o corpo humano não pode ser um mero objeto de comercialização. A retomada destes aspectos nos tempos atuais, de profunda crise econômica e reestruturação produtiva que ameaça as políticas universais, recolocam a necessidade deste debate nos aspectos econômico e político.

Na *O Capital*, Karl Marx representa essa transição a partir de uma tríade: mercadoria, trabalho e valor. Para ele, estes elementos devem ser analisados sob dois aspectos: o valor de uso (estágio natural do valor da mercadoria) e o valor de troca (estágio modificado do valor da mercadoria). Na ordem natural, a mercadoria é trocada em equivalência ao tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção (valor). Na esfera capitalista, a mercadoria foge à ordem natural e se torna em fonte de exploração dos trabalhadores. A competição entre os capitalistas, para dominar a mais-valia, leva à formação de uma taxa generalizada de lucro e, portanto, a uma modificação da natureza da mercadoria, trabalho e valor.

A Hemobrás defende que a comercialização do plasma sanguíneo não aumentaria a disponibilidade de medicamentos desta natureza para o SUS, podendo, inclusive, tornar o medicamento mais caro, pela exploração comercial das empresas. Neste caso, segundo a empresa brasileira, a solução seria tornar a Hemobrás mais forte, tornando-a mais produtiva, sem descartar eventual parceria com o serviço privado, mas vedada a comercialização. Ainda neste sentido, e segundo os argumentos contrários à comercialização do plasma de sangue humano, a medida não aumentaria a oferta, mas poderia significar diminuição de doação, abalando o que já se alcançou até agora com o sistema de doação altruísta e solidário. (Hemobrás, 2023).

A previsão da Hemobrás enfatiza que o pagamento diminuiria a qualidade do sangue, baseando-se em numerosos relatórios de médicos norte-americanos sobre sangue obtido de pessoas com dependência de drogas e doenças infecciosas que ocultaram com sucesso a sua

condição no ato de doação remunerado. Neste contexto de mercado, os doadores de sangue são motivados a reter informações sobre o seu estado de saúde, uma vez que esta divulgação pode afetar o preço oferecido pelo seu sangue ou mesmo desqualificá-los como doadores de sangue. (Hemobrás,2023)

4 CONCLUSÃO

A síntese dos estudos de Marx em O Capital possibilitada pela disciplina, enfoca a mercadoria enquanto riqueza elementar e fundamental no modo de produção capitalista, trazendo subsídios teóricos para a afirmativa de que só é possível compreender o sangue humano como mercadoria, na complexa rede de relações societárias que, ao eleger o dinheiro enquanto o equivalente geral do mundo das mercadorias, opera pela via da fetichização a possibilidade de inserir produtos inalienáveis na troca, equiparando-os a quaisquer outras mercadorias. É neste aspecto que a opção pelo desvendamento das nuances da categoria mercadoria feita por Marx permite clarificar as assertivas e os equívocos comumente cometidos no campo da saúde, no uso da categoria mercadoria. Já com a proposta da PEC 10/2022, a grande dúvida que se apresenta é se a Hemobrás tem condições de assumir esta responsabilidade sozinha de produção de hemoderivados no âmbito nacional ou se seria mais vantajoso para a população que, empresas particulares (em especial as farmacêuticas) tivessem acesso ao plasma sanguíneo para produção desses medicamentos. Observa-se que a mudança iniciada na Constituição em 1988, que culminou na configuração não mercantil do sangue, partiu da compreensão de que sangue não seria mercadoria, e sim um bem inalienável. A atual PEC10/2022 daria espaço para a desestruturação da Política Nacional de Sangue, seguindo os preceitos da dialética marxista clássica.

REFERÊNCIAS

- BARCA, D. Política Nacional de Sangue, componentes e hemoderivados no Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão do Trabalho na Saúde. Técnico em hemoterapia: livro texto / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Departamento de Gestão da Educação na Saúde – Brasília: Ministério da Saúde, 2013.
- BRASIL. Constituição (1988). Senado Federal. Diário oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado . htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 18 de fevereiro de 2024.
- BRASIL. Lei 10.205 de 2001. Regulamenta o § 4o do art. 199 da Constituição Federal, relativo à coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados, estabelece o ordenamento institucional indispensável à execução adequada dessas atividades e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10205.htm ., Acesso em: 12 de janeiro de 2024.
- BRASIL. Lei 10.972 de 2004. Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de hemoderivados e biotecnologia- HEMOBRÁS, 2004.
- GUERRA, C. Fim da doação remunerada de sangue no Brasil faz 25 anos. Revista Brasileira de hematologia e Hemoterapia. 2005; 27(1). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbhh/a/szk8jvYRbcbYVvGfQtwkjNK/> Acesso em 12 de fevereiro de

2024.

HEMOBRÁS. Dez motivos que justificam o arquivamento da PEC do Plasma. 2023. Disponível em <https://hemobras.gov.br/wp-content/uploads/2023/Acesso em 12/04/2024>

MARX, K. O capital: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MS. Ministério da Saúde do Brasil. Portaria no 1710 de 2020, para dispor sobre o fornecimento do plasma excedente do uso hemoterápico, para a produção de medicamentos hemoderivados, no âmbito do SUS, 2020.

NUNES, H. Responsabilidade civil e a transfusão de sangue. 2018. 170f. Dissertação (mestrado). Faculdade de Medicina – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2018.